

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 1.370.617 - SP (2018/0250043-6)**

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
EMBARGANTE : MARGARIDA VINAGRE GARCIA - ESPÓLIO
EMBARGANTE : SERGIO FRANCISCO GARCIA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE : ROSALVA NEIDE DREUX GARCIA
ADVOGADO : BENTO RICARDO CORCHS DE PINHO - SP022986
EMBARGADO : BIO INTER INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO - SP102090
CLARISSE FRECHIANI LARA LEITE - SP206916
GIOVANNA FILIPPI DEL NERO - SP330731
MAHE MOREIRA MAIA E OUTRO(S) - SP358777
BRUNO HENRIQUE SASSO - SP406717
INTERES. : COMISSARIA DE DESPACHOS RIACHUELO LTDA

EMENTA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182 DO STJ. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 315 DO STJ. EMBARGOS LIMINARMENTE INDEFERIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de divergência opostos por MARGARIDA VINAGRE GARCIA - ESPÓLIO, SÉRGIO FRANCISCO GARCIA - INVENTARIANTE e ROSALVA NEIDE DREUX GARCIA contra acórdão da QUARTA TURMA, relatado pelo Ministro Raul Araújo, e ementado nestes termos:

"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA NÃO IMPUGNADOS. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. É inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada (CPC/2015, art. 1.021, § 1º).

2. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC, no montante equivalente a 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º do citado artigo de lei.

3. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa."

Superior Tribunal de Justiça

Alegam os Embargantes divergência jurisprudencial, apontando como paradigmas os seguintes julgados que se referem à proteção ao bem de família: REsp 1.271.277/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016; REsp 1.039.182/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 26/09/2008; REsp 473.984/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 08/11/2010. Afirmam também a legitimidade do Espólio, por seu Inventariante, para pleitear a proteção legal e constitucional ao bem de família, colacionando os seguintes paradigmas: REsp 971.926/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2010, DJe 22/02/2010; AgRg no Ag 1.249.531/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 07/12/2010. Pedem, assim, o acolhimento dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de divergência não reúnem as mínimas condições de serem processados, porquanto desatendidos os requisitos elementares do art. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o **acórdão embargado** foi no sentido de **não conhecer** do agravo interno pela incidência da Súmula n.º 182/STJ, porque os Agravantes deixaram de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, ou seja, nenhuma das questões ora suscitadas foi sequer objeto de decisão.

Nesse cenário, o recurso é manifestamente incabível, na medida em que:

"Não se admite a oposição de embargos de divergência contra decisão proferida em sede de agravo de instrumento [ou nos próprios autos], quando não é examinado o mérito do recurso especial" (AgRg na Pet 6.336/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJ 30/10/2008).

Nesse mesmo sentido, ilustrativamente, os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.

1. Os embargos de divergência não são cabíveis para análise de regras técnicas de admissibilidade do recurso especial, como sói ser a incidência da Súmula 182 do STJ, haja vista que o escopo deste recurso é

Superior Tribunal de Justiça

a uniformização de teses jurídicas divergentes em relação à matéria de mérito, de modo que, ante a natureza vinculada de sua fundamentação, é vedado analisar qualquer outra questão que não tenha sido objeto de dissídio entre os acórdãos em cotejo, ainda que se trate de matéria de ordem pública.

2. Súmula 315 do STJ: 'não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial'. Entendimento positivado no art. 1.043, III, do CPC/2015.

3. Agravo interno não provido." (AgInt nos EAREsp 955.088/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/04/2018, DJe 02/05/2018.)

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. ÓBICE DA SÚMULA 315/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

1. A teor da Súmula 315 do Superior Tribunal de Justiça, não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial.

2. Admite-se a divergência nos casos em que o relator conhece do agravo e adentra o mérito do próprio recurso especial, uma vez que, nessa hipótese, estará decidindo o próprio mérito do recurso especial, o que não ocorreu na espécie.

3. Ausente a similitude fática entre as situações, incabíveis são os embargos de divergência.

4. Os embargos de divergência prestam-se à pacificação da jurisprudência, não à revisão de julgados dos órgãos fracionários da Corte. Não enseja divergência a aplicação da Súmula 182 em conformidade com as peculiaridades de cada caso.

5. Embargos de divergência não conhecidos." (EAREsp 559.766/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/10/2016, DJe 22/11/2016.)

No mesmo sentido ainda, dentre inúmeras outras, as seguintes decisões monocráticas: EAREsp 219.265/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe de 04/02/2013; EAREsp 1.114.055/SP, Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 03/09/2018; EAREsp 1.080.854/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe de 02/08/2018; EAREsp 198.305/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 29/05/2018.

Ante o exposto, com arrimo no art. 266-C do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE os embargos de divergência.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

